

Locomotiva dos bandeirantes: análise do discurso fundador paulista(no)

GABRIEL AGUSTINHO PIAZENTIN

Mestrando em Divulgação Científica e Cultural pela Unicamp.

E-mail: gabrielpiazzentin@gmail.com



No ambiente rude que atuaram os pioneiros das entradas, souberam realizar, com o bacamarte e a espada, uma obra gigantesca, tal como fazem nos modernos tempos, com o arado e a enxada, os paulistas da tẽmpera dos bandeirantes.
(VARGAS, 1944, p. 213).

Resumo: O artigo discorre sobre a criação do imaginário paulista(no) acerca de sua própria superioridade. A História das Ideias Linguísticas entra como componente teórico que une o discurso da atualidade e o olhar para a história. Após apresentar a colonização do Brasil e o contraste Norte/Sul, é trazido o papel do bandeirante na forma daquele que enfrenta desafios, culminando no viés de agir contra as intempéries do Estado e da Natureza.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Movimento Bandeirante. São Paulo.

Abstract: The article discusses the creation of the paulista(no) imaginary about its own superiority. The History of Language Ideas enters as a theoretical component that unites the current discourse and the look at history. After presenting the colonization of Brazil and the North / South contrast, the role of the bandeirante in the form of the one facing challenges is brought, culminating in the bias of acting against the weather of the State and of Nature.

Keywords: History of Linguistic Ideas. Bandeirante Movement. São Paulo.

1 Considerações iniciais

“**N**on dvcor dvco”. Este é o lema da cidade de São Paulo. A tradução é “não sou conduzido, conduzo”, do latim. É possível cogitar que mais presente ainda no imaginário coletivo esteja a citação do título deste trabalho, ao dizer que São Paulo (o estado) é a locomotiva do Brasil. Já a capital do estado, numa analogia, seria o maquinista, o condutor, aquele que leva adiante, em oposição àquele que é levado a algum lugar. Esse efeito de sentido é percebido e utilizado até hoje, por exemplo, como argumento de movimentos separatistas a favor de que São Paulo se torne independente do Brasil. A imagem da locomotiva carrega consigo essa significação técnico/racional, de avanço, progresso (em tom aliado ao positivismo do século XIX). Trata-se, pois, de uma imagem que se refere a algo de superioridade, em oposição ao resto do país, como se o Brasil fosse carregado (conduzido) pelo Estado paulista (aquele que conduz).

Esse imaginário é visto com frequência em discursos separatistas, seja da região Sudeste, seja da região Sul (pelo movimento *O Sul É Meu País*), tomando, por oposição, o Norte e o Nordeste do Brasil representados como um sinal de atraso às regiões Sul e Sudeste. O objetivo aqui (ou nosso objetivo) não é emitir nenhum juízo de valor acerca dessa argumentação, mas mostrar que existem movimentos que (re)produzem esses discursos, por exemplo, o *Movimento São Paulo Independente*, que, em seu site, cita como motivos para a separação do Estado questões referentes à cultura, à economia e à política¹. No mesmo site, é citada a obra de Franco (1994) como norteadora de argumentos separatistas. “Percebe-se que a degradação de São Paulo era um item do ideário da Revolução de 1930. Sua entrega a um tenente revolucionário era, pois, o início da *humilhação* e da *conquista*, que ainda hoje continua, no Estado de São Paulo” (FRANCO, 1994, p. 51, grifos nosso).

Esse exemplo de circulação discursiva, de efeito de sentido, é recuperado na forma de um viés de superioridade paulista, muitas vezes com tom extremista e fundamentos questionáveis. É um tipo de discurso que aparece, em especial, em épocas de eleições presidenciais, em que eleitores paulistas criticam votos de outras regiões, em especial do Nordeste. O que interessa aqui é o processo pelo qual os sentidos se constituem em dadas condições de produção do discurso, como eles são formulados e como circulam (constituição, formulação, circulação etc.).

Posta a questão, o artigo buscou observar alguns traços históricos que levaram à concepção da ideia de São Paulo como um lugar especial, diferenciado, de supremacia e de contraste quando comparado “ao restante do país”. A análise foi realizada no campo das Histórias das Ideias Linguísticas, ao buscar compreender a produção de sentidos com base na linguagem e na história, bem como a construção de uma representação identitária do sujeito em relação ao território.

2 O discurso fundador

Como ponto de partida, tem-se a definição de Orlandi (1993) sobre a noção de *discurso fundador*. A análise presente se baseia nas considerações da autora sobre discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo do país, ou, no caso do artigo, do imaginário paulista(no). Desse modo, o questionamento que se faz é: como explicar, pela história e pela linguagem, a fundação de um discurso sobre a relevância de São Paulo? Levanta-se aqui a ideia de que esse discurso vem, em grande parte, desde a época de atuação dos bandeirantes, a partir do século XVI.

No trabalho de Orlandi (1993), a autora pergunta sobre a construção de espaços discursivos e lugares de memória, em especial no Brasil e na América Latina. No presente trabalho, o recorte² delimita o objeto, ao se tratar de uma visão sobre São Paulo, cidade e Estado. Para a autora, o que caracteriza um discurso fundador “é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória

¹ Disponível em: <https://www.saopauloindependente.org/blog/argumentos-para-defender-o-separatismo-paulista>. Acesso em: 19 jun. 2019.

² A noção de *recorte* usada aqui tem origem em Orlandi (1984), como sendo um “fragmento da situação discursiva”.

outra". (ORLANDI, 1993, p. 13). Considerando que, consoante Orlandi, algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente e que a memória discursiva é aquilo que preside todo dizer, é possível afirmar que essa memória segue produzindo sentidos, tanto por brasileiros em geral quanto, em específico, por paulistas/paulistanos. Essa questão pode ser vista em Orlandi (2008), a respeito da repetição já institucionalizada na história brasileira de termos oriundos do discurso do colonizador.

Não se fala aqui, aliás, de uma significação pré-colonizadora, ou seja, de um não-sentido que existia desde a época dos nativos e de como, historicamente pela linguagem, chega-se ao sentido que se tem hoje. Trata-se, na verdade, a respeito de processos de significação que vão funcionando durante a colonização e a descolonização sobre a imagem que se tem acerca do objeto (São Paulo). Afinal, o sentido de domínio da capital paulista foi construído ao longo de uma história, pela repetição, na memória e no esquecimento.

Para tanto, se faz necessário observar as condições históricas de colonização da região paulista e destacar sua particularidade quanto ao movimento dos bandeirantes, a partir do século XVI.

3 A capitania de São Vicente

A primeira vila do Brasil é São Vicente, no litoral do estado de São Paulo, cuja fundação data de 22 de janeiro de 1532. Isso ocorreu antes mesmo da delimitação das Capitanias Hereditárias, em 1534, realizada por Martin Afonso.

A demora entre o projeto e a execução [das Capitanias Hereditárias] pode explicar-se pela vontade régia de esperar a volta de Martim Afonso, ou pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doações e os forais que as acompanham ou, finalmente, pela falta de pretendentes à posse de terras incultas, impróprias para o comércio desde o começo. Admira, até, como houve doze homens capazes de empresa tão aleatória. *A nenhum dos membros da alta fidalguia tentou a perspectiva de semear povos.* (ABREU, 2009, p.32, grifo nosso).

Para efeito de comparação, é interessante também dizer que a fundação do povoado³ de São Paulo se deu em 25 de janeiro de 1554. Na categoria de cidades, a primeira a ser fundada foi Salvador, em 1549, seguido do Rio de Janeiro em 1565 e de João Pessoa em 1585.

São todos eventos integrantes de um Brasil pré-colonial, às vésperas de se tornar campo de exploração via ciclo da cana-de-açúcar, valendo-se de mão de obra escava, nos séculos seguintes, em particular, de escravos africanos já que os indígenas foram considerados como de difícil "domesticação". Esse cenário pode ser visto na obra de Pero de Magalhães Gandavo, ao descrever para o rei português como era o Brasil no século XVI:

³ É interessante notar que existem diferentes denominações para as fundações civis dos lusitanos no Brasil: povoado, vila e cidade.

Os moradores desta Costa do Brasil todos tem terra de Sesmarias dadas de repartidas pelos Capitães da terra, e a primeira cousa que pretendem alcançar, são escravos pera lhes fazerem e grangearem suas roças e fazendas, porque sem elles não se podem sustentar na terra: e huma das cousas porque o Brasil não florece muito mais, he pelos escravos que se alenvatarão e fugirão pera suas terras e fogem cada dia: e *se estes indios não forão tam fugitivos e mudaveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil* (GANDAVO, 1980, p. 42, grifo nosso).

Dada essa natureza *fugidia*, houve a opção de os colonizadores portugueses buscarem o tráfico negreiro, causando grande impacto econômico e social, com seus reflexos presentes até hoje. Nota-se, com isso, o estado de conflito que sempre marcou o histórico do país. Não bastam os atritos que determinam a dominância de sentidos dentro do sistema da linguagem, sendo seu uso inevitavelmente atravessado pela ideologia e pelo simbólico, como diz a análise do discurso, mas, inclusive, notam-se questões como a do separatismo, citado no início do texto, e a relação social envolvendo portugueses, indígenas e escravos negros. Com esse esquema, perpassado pela história e pela movimentação dos sentidos, tem-se, como será visto, a predominância do discurso fundador paulista.

Nos primeiros 30 anos após o “descobrimento”, a costa brasileira se valeu da extração de pau-brasil e da tentativa de administrar as terras. Dadas as influências estrangeiras, em especial a ameaça dos franceses, viu-se a necessidade de se fixarem territórios na terra de colonização dos portugueses. Fundaram-se, assim, os primeiros centros urbanos, à beira-mar.

Como mostra a História, apenas duas das catorze Capitânicas Hereditárias obtiveram sucesso em sua administração: a de Pernambuco, por conta do cultivo da cana-de-açúcar e de proximidade com a metrópole portuguesa, e a de São Vicente, pelo tráfico de indígenas.

Nessa época, a sede administrativa da colônia era Salvador, adiante alternando as sedes entre Olinda, São Luís, Belém e Rio de Janeiro. Somente após a Independência, em 1822, é que se pôde considerar a existência de uma capital, à época no Rio de Janeiro.

Ora, nota-se que a história do Brasil teve, em seus primeiros séculos de colônia, grande movimentação no que hoje são os estados das regiões Norte e Nordeste, dada a proximidade geográfica com a coroa portuguesa, ultramarina. Quanto ao Sudeste, o campo administrativo teve destaque apenas no Rio de Janeiro, com a vinda da Família Real, em 1808. São Paulo entra no cenário de disputas políticas a partir de 1709, com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Nem Portugal, nem Espanha respeitaram o Tratado de Tordesilhas, que se encerrou em 1750 com o Tratado de Madri. Até lá, a delimitação do espaço que seria correspondente ao território nacional brasileiro avançou continente adentro, em especial pela atuação dos movimentos dos bandeirantes. Dessa forma, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro abrigou um território vasto que cobria os atuais estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia. De 1720 em diante, essa região foi,

aos poucos, perdendo território, até chegar à atual configuração em 1853, enquanto Província de São Paulo.

Torrão Filho (2011, p. 12) cita que conflitos e tensões eram comuns na São Paulo do início do século XVIII e que, pela Guerra dos Emboabas (1708-1709), foi acrescida uma certa identidade ao local, que, à época, buscava se tornar cabeça de capitania, no lugar de São Vicente. Para o autor, essa identidade “representava São Paulo como um bastião incrustado no sertão, inexpugnável à autoridade régia, livre da ingerência das autoridades, couto de fugitivos e bandidos”, o que marcaria uma “imagem de autonomia e independência política dos homens de São Paulo, que não se considerariam vassallos do rei, recusando-lhe obediência e submissão”. Assim sendo, “os paulistas não se veriam como vassallos do rei, mas como arrendatários de suas terras na América”.

Nessa época, início do século XVIII, a capitania de São Paulo estava prestes a se tornar a grande região que ocuparia a maior parte do que é o território nacional hoje, já com o discurso de anti-Rei, anti-Estado, de donos de si mesmos, seja pela fé com que conseguiram dominar os índios, seja pela força com que conseguiram sobrepujá-los. Tudo isso só foi possível com a entrada do movimento bandeirante e a exploração do sertão/interior do país, séculos atrás dos eventos citados neste parágrafo e no anterior.

4 O movimento dos bandeirantes e a superação do colonizador sobre a terra

A colonização brasileira tem início na formação de povoados nas regiões litorâneas, como visto nas fundações de São Vicente, Salvador, Rio de Janeiro, podendo ainda citar Recife, Florianópolis, Vitória etc. Em especial, a colonização teve como princípio a exploração das atuais regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Na região Sudeste, a história muda. Outras significações são construídas com base nas superações necessárias aos colonizadores. Em especial, pela primeira grande dificuldade encontrada por eles: atravessar o relevo de Mares de Morros, que compõem a atual Serra do Mar, e passar do litoral ao sertão (ou interior).

Essa questão perdurou por quase meio século quando, enfim, foi fundada São Paulo do Piratininga, com seu desenvolvimento peculiar: estava distante de portos e de outros centros urbanos, em especial aqueles das regiões Norte e Nordeste do Brasil Colônia.

Para Barros (1967, p. 7), São Paulo prosperou como fruto do acasalamento de duas ideias que correspondiam a duas finalidades diferentes: primeiro, a religiosa, com intuito de catequização de indígenas; e segundo, a estratégia político-militar, servindo, a vila, de base para *arrancadas* (termo usado pelo autor) ao interior na busca de ouro e prata.

O autor comenta que, durante os dois primeiros séculos, a história de São Paulo foi de total revés. Não houve, ali, sucesso latifundiário da monocultura, nem da policultura – o que se plantava era apenas para subsistência. Nem houve sucesso na busca por metais preciosos, como se sabe, ele ficou com o protagonismo de Minas Gerais apenas no final do século XVII. Foi nessas condições que “o paulista procurou ganhar a vida, no corpo a corpo com a natureza, esquadrinhando a terra na busca de ouro e prata ou na trabalhosa caça ao índio, para ser predado e vendido como escravo”

(BARROS, 1967, p. 8). Nota-se, nesse primeiro momento, a concepção do paulista(no), enquanto alguém que enfrenta as adversidades, de forma distinta da dos outros colonizadores do Norte e do Nordeste⁴, tendo para si a necessidade de buscar alternativas de sobrevivência. Nasce, aí, o bandeirismo.

No Nordeste, a defesa avara do território recém-descoberto e, ao mesmo tempo, estável do colonizador português. No Sul, um objetivo visivelmente ofensivo e aventureiro: de uma parte, a intenção de atacar o inimigo castelhano, que roçava as fronteiras de Tordesilhas, de outra, o de extrair do solo os quase mitológicos metais preciosos (BARROS, 1967, p. 9).

A partir do que foi trazido, observa-se um componente do imaginário paulista e paulistano: o bandeirante desbravador dos sertões, como aventureiro. Esse componente será ressignificado e romantizado séculos mais tarde como o sonho e a coragem pela ação de iniciativa própria aliados à primazia do homem contra a natureza (pensamento dominante no mundo atual, aliado à racionalidade técnica e à capacidade de mudar a natureza ao redor conforme necessário, sendo um dos pressupostos da Revolução Industrial do século XIX). Um exemplo de circulação do imaginário acerca do bandeirante pode ser visto em *O Guarani*, de José de Alencar, no trecho:

Naquele tempo dava-se o nome de *bandeiras* a essas caravanas de aventureiros que se entranhavam pelos sertões do Brasil, à busca de ouro, os brilhantes e esmeraldas, ou à descoberta de rios e terras ainda desconhecidos. A que nesse momento costeava a margem do Paraíba, era da mesma natureza; voltava do Rio de Janeiro, onde fora vender os produtos de sua expedição pelos terrenos auríferos (ALENCAR, 2019, p. 30).

Na descrição da obra literária, tem-se o apagamento de uma das principais funções das bandeiras: a de perseguir e apreender indígenas, embora, de fato, nem todas as bandeiras tivessem essa finalidade. Entretanto, no trecho seguinte, percebe-se a associação da imagem dos bandeirantes a *aventureiros*, ao invés de exploradores, cruéis etc, em analogia. Outra forma de criticar a visão que se tem hoje de como foi o período colonial pode ser encontrada em Candido (2004, p.12):

A sociedade colonial brasileira não foi, portanto, como teria preferido certa *imaginação romântica nacionalista*, um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas. Foi transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contato entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada (grifo nosso).

⁴ Curioso notar a forma como os sentidos não apenas se alteraram como também se invertem com o passar dos séculos, em especial na comparação, de um lado, das regiões Norte e Nordeste com, de outro, com o imaginário coletivo atual a respeito das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Dessa forma, o autor, ao fazer um percurso sobre a história da literatura brasileira, não deixa de desconsiderar o aspecto social e de conflito (de ideias, de significados, de imaginários). Esse movimento, na literatura, pode ser visto ao se compararem diferentes movimentos literários, como o Arcadismo e as diferentes fases do Romantismo, que dialogam com o grifo acerca dessa “imaginação romântica nacionalista”. Esses movimentos também seguiram com o próprio desenvolvimento da colonização nacional.

O primeiro valia-se da busca pelo bucólico, pela natureza, ao afastar-se dos grandes centros populacionais (leia-se: da metrópole portuguesa). Ainda, considera-se a figura do *bom selvagem*, conforme filosofia vigente à época. Um grande exemplo é *O Uruguai*, de Basílio da Gama, ao retratar o conflito entre jesuítas, índios e europeus no que hoje é o estado do Rio Grande do Sul.

Já o Romantismo, em especial na primeira e na terceira fase, retomam a questão nacionalista, embora de maneiras diferentes. Na primeira, tem-se a exaltação do índio como herói legitimamente brasileiro (dessa escola literária tem-se o já citado *O Guarani*), em oposição ao colonizador português. Já na terceira fase, são retomados aspectos sociais e políticos do Brasil da época, em especial pelo movimento que existia à época acerca do abolicionismo.

O que se pretende trazer com esses exemplos é mostrar que o imaginário sobre as configurações de diferentes épocas do Brasil estão, de alguma forma, mais ou menos representadas, também, na literatura, ainda que esta deva ser considerada a partir de uma visão crítica, considerando-se que são reflexos de discursos vigentes.

Tem-se, pois, a indubitável figura dos indígenas e dos escravos (estes, p. ex., em *Navio Negreiro*, na poesia de Castro Alves) e um estado de constante conflito de indígenas e negros com os europeus (que por vezes são desbravadores, aventureiros, corajosos, ou cruéis, sanguinários, desumanos). Atenta-se para o contraditório de sentidos que podem ser depreendidos a partir das obras citadas.

Mais ainda, no interior (no “sertão”, como Barros (1967) denomina toda a região de fora do litoral e da vila de São Paulo, pois ela era assim denominada até o século XIX), o bandeirismo, em seu sonho pela busca de metais preciosos e na caça ao índio, forma o caipira. Conforme explica Barros, o caipira é aquele que vive sozinho, por si mesmo, frente à natureza, tirando dela tudo que lhe é necessário, ao mesmo tempo em que é um sonhador, tal qual sonhavam os bandeirantes de outrora. “Do sertão, o homem retornava engrandecido ou não, herói ou não, revelando na luta com a terra se sentia coragem ou medo, e se demonstrava iniciativa ou apatia, prudência ou leviandade” (BARROS, 1967, p. 30, grifo nosso).

5 Retratos de São Paulo

Ferreira (2013) analisou verbetes de enciclopédias físicas e digitais com o intuito de observar a construção de sentido sobre algumas cidades, incluindo São Paulo. Um dos pressupostos dizia que “o que se sabe sobre algo não está diretamente relacionado com esse algo, tal como ele existe no mundo, mas como ele significa no mundo” (FERREIRA, 2013, p. 1, grifos da autora). A concepção de (um) saber já produz uma divisão, um não-saber, ou seja, dizer algo que é traz consigo algo que não é.

Na análise da autora sobre o artigo referente à cidade de São Paulo, esta é significada, no item “Imigrantes e migrantes” da Wikipédia, como sendo a mais multicultural do país, com imigrantes de diversas origens do mundo. Ao lado disso, a autora destaca que o artigo também diz que, no início do século XX, o idioma italiano predominava na cidade, a ponto de influenciar no dialeto paulistano, além de dizer da concentração japonesa no bairro da Liberdade. (FERREIRA, 2013, p. 31).

Nesse cenário, é possível retomar Alcântara Machado, escritor da época do modernismo (início do século XX), com a obra *Brás, Bexiga e Barra Funda*, na qual uma série de contos busca traçar uma ideia sobre o que era a cidade de São Paulo na perspectiva dos imigrantes italianos, que são tidos como “os novos mamelucos”. Assim, Machado descreve a origem de três tipos de mamelucos como resultado da mescla de “três raças tristes” (nos termos do autor): os indígenas, os navegadores e os escravos negros. Os primeiros mamelucos eram aqueles resultantes entre relações de portugueses e indígenas. Os segundos mamelucos vieram da relação destes primeiros com os negros e, por fim, os terceiros mamelucos se dão a partir da relação dos anteriores com os imigrantes europeus.

Então os transatlânticos trouxeram da Europa outras raças aventureiras. Entre elas uma alegre que pisou na terra paulista cantando e na terra brotou e se alastrou como aquela planta também imigrante que há duzentos anos veio fundar a *riqueza brasileira*. Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, do consórcio da gente imigrante com a indígena nasceram os novos mamelucos. Nasceram os italianinhos. O Gaetaninho. A Carmela. Brasileiros e paulistas. *Até bandeirantes*. E o colosso continuou rolando. (MACHADO, 1998, p. 20, grifo nosso).

Com o destaque do grifo, tem-se a imagem de que a *riqueza brasileira* só decorreu por conta dos italianos que vieram a São Paulo há duzentos anos. De fato, não deixa de ser um recurso de estilo e literário, já que a obra tem essas personagens como centrais. O que se busca frisar é o destaque à associação entre riqueza e esse povo paulista.

Ao mesmo tempo em que o que se encontra na página da Wikipédia sobre São Paulo constrói um *saber*, sinalizando para o aspecto de a cidade ser de grande miscigenação étnica e cultural, ele apaga outros saberes possíveis, como aquele em que os índios nativos e os negros, escravizados, foram depois libertos. No processo de construção e apagamento das *coisas-a-saber* (noção que a autora mobiliza a partir de Pêcheux, em seu *Discurso: estrutura ou acontecimento*, de 1983), os índios e negros não têm espaço nesse *saber* sobre a cidade da Wikipédia.

Pode-se, a partir disso, pensar qual é a relação dos bandeirantes em meio a esse movimento de sentidos a partir do século XVI e a forma como São Paulo, cidade e estado, é pensada hoje. Ou seja, de que maneira essa história contribui para compreendermos o que *significa* ser paulista(no), considerando tanto o que se *é*, bem como aquilo que *não se é*. Nessa história, é importante considerar os movimentos de sentidos, inclusive do silêncio, que produziram um imaginário sobre cidade e estado.

A incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio. O sujeito tende a ser completo e, em sua demanda de completude, é o silêncio significativo que trabalha sua relação com as diferentes formações discursivas, fazendo funcionar a sua contradição constitutiva (ORLANDI, 2015, p. 78).

O sentido, em sua forma de repetição e apagamento, é constituído na relação do sujeito com a linguagem, inserido em condições históricas de produção do discurso. Logo, é cabível retomar a epígrafe deste artigo, na qual Getúlio Vargas chama os paulistas de hoje como herdeiros dos bandeirantes, os quais realizaram uma obra gigantesca com espada e bacamarte.

A glorificação dos bandeirantes apaga o histórico de violência que foi realizado com indígenas. Conforme Ferreira (2013, p. 16), em sua análise do item “Surgimento do povo paulistano”, da Desciclopédia, há um espaço, nessa enciclopédia, para uma leitura crítica do bandeirismo. Este artigo lembra que os bandeirantes matavam e estupravam indígenas na busca por ouro. De outro modo, a fala de Getúlio Vargas, do início do século XX, confere uma visão oposta, historicamente dominante, incluindo itens de guerra e de violência, como a espada e o bacamarte, como símbolos de algo digno de orgulho e de sucesso.

A essa construção de uma memória acerca do bandeirismo e sua significação como consequência do modo de agir do paulista(no) de hoje pode ser compreendida a partir de Pêcheux (2010, p. 55), quando, ao tecer uma crítica sobre a leitura de arquivos, comenta a respeito de uma “*normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica*” (grifos do autor). Apagamento este que é desestabilizado pela visão dos bandeirantes da Desciclopédia, conforme a análise de Ferreira (2013), em descompasso com a até bem pouco tempo dominante “versão que ‘ficou’” (ORLANDI, 1993, p. 12).

O discurso do bandeirante como aquele que deu origem ao povo paulista, que enfrenta tudo aquilo que lhe é contrário, com bravura, diferente do resto do país, deságua em um saber histórico construído na forma de um discurso fundador. São enunciados que “vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido” (ORLANDI, 1993, p. 12).

Exemplos de uso corrente do discurso fundador de São Paulo (estado e cidade) ser a *locomotiva do país* continuam circulando. Em uma matéria da *Superinteressante*, é citado que, caso o estado se separasse do resto do país teria “[...] a 2ª economia mais forte da América do Sul, com PIB de US\$ 550 bilhões – 60% maior que o da Argentina. Por essas, aliás, alguns paulistas gostam de dizer que seu estado é ‘a locomotiva do Brasil’”⁵. Já outros exemplos citam apenas a cidade de São Paulo como sendo esta locomotiva, dado seu grande polo econômico e empresarial que ocupa diante do mundo, como visto em “Se a cidade de São Paulo fosse um Estado americano, estaria à frente de 31 [dos 50 estados norte-americanos]”⁶. Ou ainda, uma matéria da *IstoÉ* com o

⁵ Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/sao-paulo-se-separasse-do-brasil/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁶ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estudo-compara-pib-da-capital-paulista-a-de-paises,141798e>. Acesso em: 11 abr. 2019.

título “Locomotiva verde”, sobre o estado paulista investir no mercado de baixo uso de carbono⁷.

Ora, se todo conhecimento é uma realidade histórica (AUROUX, 2009, p. 12), o que se tem, então, é a autorização de um dizer em detrimento ao apagamento de outros. Orlandi (2015) afirma que se diz de uma forma para não se deixar dizer de outras. Em face ao contraditório da História, o “que fica” é um discurso dominante sobre outros: o bandeirante, nesse discurso, é um herói, e não um vilão. O que corresponde ao nosso momento do presente, ou melhor, no nosso atual período histórico: quantos outros discursos são mobilizados para embasar tomadas de posição que poderiam ser vistas como atitudes de vilões, mas que, na dominância dos sentidos, o que fica é o sentido do herói.

Em relação a isso, Barros (1995, p. 155) comenta:

As mesmas categorias semânticas – transgressão das regras, força, coragem, impetuosidade – podem ser consideradas ora como defeitos, ora como qualidades e caracterizar tanto o vilão, quanto o herói. O bandeirante será, conseqüentemente, herói ou vilão, conforme variem os textos e as épocas.

Em especial, isso é observável no atual modo de vida de uma sociedade imbricada no capitalismo tardio. São Paulo que o diga, com o atual discurso do empreendedorismo (palavra que renova sentidos que já funcionavam há séculos de distância por meio de outras palavras), com a ideologia do lucro a todo e qualquer custo (mesmo que isso coloque em questão a bem-vivência dos empregados em relação a seus superiores).

As reflexões aqui trazidas servem de exemplo para um discurso que foi construído há tanto tempo, mas ainda perdura e se atualiza no imaginário coletivo de paulistas, paulistanos e demais brasileiros (ao considerar o tamanho do estado de São Paulo em 1709 ou mesmo a influência causada pelos bandeirantes no interior do país). O que se mostra é a consagração do sentido do herói, mesmo que este tenha ações pouco dignas de um título de heroísmo, sendo merecedor de um destaque acerca de sua grandeza.

6 Considerações finais

Este artigo não teve o propósito de encerrar uma questão tão densa no correr de tão pouco espaço disponível. Tentou, pois, tensionar a história nacional, em especial do paulista, como inscrito numa memória discursiva que produz significações desde a época da colonização até hoje. Afinal, “o paulista contemporâneo estofa sua ‘psique’ com muita da qualidade psicológica do passado; aquela energia afetiva, não sublimada, inflamadora da existência do bandeirante aprisionador de índio”. (BARROS, 1967, p. 40).

Se existem sentidos que identificam uma coletividade de sujeitos numa sociedade, esses sentidos certamente foram construídos historicamente, podendo ter

⁷ Disponível em: https://istoe.com.br/101493_LOCOMOTIVA+VERDE/. Acesso em: 11 abr. 2019.

surgido há muito tempo, mesmo em questão de séculos, como visto. O discurso sobre e do paulista(no) começou a ser construído antes mesmo de outro grande acontecimento que impulsionou a economia do estado, nos séculos XIX e XX, a saber: a imigração italiana para o plantio do café, uma das commodities de maior valor que o país já exportou, sendo responsável, à época, por 70% de todo o café produzido no mundo, bem como pela expansão da via férrea brasileira para escoamento da produção no porto do Santos.

O título deste artigo é uma provocação. De certo que não existia transporte ferroviário na época dos bandeirantes (o modal férreo começa a se desenvolver a partir da chegada da Família Real Portuguesa em 1808). O que fica, hoje, para muitos, é a imagem de São Paulo como locomotiva do país, como sinal de avanço, de economia pujante, de progresso (atrelado ou não a alguma ordem), reiterado pelo ciclo do café. Como visto, o discurso do/sobre o paulista(no) tem como “origem” uma prática expansionista, marcando uma diferença entre as atividades dos colonizadores do Sul em comparação aos do Norte nos primeiros séculos de exploração. Aliás, a história da capital, São Paulo, e do Estado em que ela pertence são relacionadas entre si. Daí a denominação de “paulista(no)”, como forma de abrigar ambos em uma rede de sentidos.

Mesmo antes dos discursos atuais da coragem empreendedora e criativa do povo do estado de São Paulo, sentidos muito semelhantes, ainda que com palavras diferentes, já circulavam. É possível com isso, pois, compreender a circulação de sentidos como construções discursivas que permeiam o imaginário até os dias de hoje. Eis um dos truques da História: por quaisquer razões, parte dela é esquecida ou negligenciada na própria transformação das sociedades. São essas, também, as mesmas razões da necessidade de se estudá-la e tê-la no radar quando se pensa a respeito de significações, do passado ou do presente.

Referências

ABREU, C. *Capítulos da história colonial* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Petrópolis: Vozes, 2019.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Discurso e história: A construção discursiva do imaginário nacional. *Linha D'Água*, São Paulo, n. especial, p.149-159, 19 jun. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/69203/71654>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto: processo de dominância da cidade de São Paulo*. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

FERREIRA, Ana Cláudia F. Discursos sobre Cidades na Enciclopédia “Tradicional”, na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas. In: DIAS, Cristiane. *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

FRANCO, João Nascimento. *Fundamentos do separatismo*. São Paulo: Editora Pannartz, 1994.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1998.

ORLANDI, Eni P. Vão Surgindo os Sentidos. In: ORLANDI, Eni (org). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 11-25.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? In: *Estudos*. Uberaba, v.10, 1984, p. 09-26.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2010. cap. 3. p. 49-59.

TORRÃO FILHO, Amilcar. A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766). *História (São Paulo)*, [s. l.], v. 30, n. 1, p.148-173, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742011000100007>. Acesso em: 11 abr. 2019.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.